

POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM CONJUNTO DE ALTERNATIVAS PARA MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE NO RIO GRANDE DO SUL¹

Éverli Bier Wingert

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

everlibier_wingert@hotmail.com

Samuel Bonato

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

svbonato@gmail.com

Cristina Albrecht

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

cristinaalbrecht@yahoo.com.br

Gilnei Luiz de Moura

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

mr.gmoura.ufsm@gmail.com

Vanessa de Campos Junges

Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

vanessaedecamposjunges@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar alternativas de políticas públicas sustentáveis para municípios de pequeno porte nas regiões da Serra e Vale do Caí, no Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa-exploratória, a partir de entrevistas em profundidade. Os resultados evidenciam que existem políticas públicas sustentáveis nos municípios investigados, mas há muito trabalho a se desenvolver em busca de cidades mais sustentáveis, considerando tanto o papel do poder público quanto da comunidade em geral. O ponto mais presente nos relatos reforçou a existência de políticas públicas sustentáveis voltadas ao viés ambiental, com ações mais dispersas sobre o social e econômico. Entretanto, um aspecto de destaque é o social, quando salientado o combate contra violência doméstica e infantil, indicando um entendimento concreto da sustentabilidade e uma necessidade emergente. Ainda, percebeu-se que o poder público se tornou um impulsionador na adoção de políticas públicas de sustentabilidade, especialmente se houver algum tipo de incentivo nos municípios. Assim, atrela-se a importância da sustentabilidade com forma de reconhecimento aos indivíduos que se engajam na causa. Entretanto, destaca-se que o poder público é o agente que deve atender as

¹ Recepção: Março/2022.

Aprovação: Abril/2022.

Publicação: Ago/2022.

demandas da sociedade, a qual deve possuir interesse em tais práticas, sejam elas envolvidas com benefícios ou não. Portanto, a pesquisa retrata de modo geral o contexto de municípios de pequeno porte e o desenvolvimento de políticas públicas, abrindo espaço para de tais discussões, e até mesmo sobre o próprio entendimento do que significa a sustentabilidade e o quanto abrangente é a abordagem.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas sustentáveis; Municípios de pequeno porte; Alternativas sustentáveis.

SUSTAINABLE PUBLIC POLICIES: A SET OF ALTERNATIVES FOR SMALL MUNICIPALITIES IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

This study aimed to verify alternatives for sustainable public policies for small municipalities in the Serra and Vale do Caí regions, in Rio Grande do Sul. Therefore, a qualitative-exploratory research was carried out, based on in-depth interviews. The results show that there are sustainable public policies in the investigated municipalities, but there is a lot of work to be done in search of more sustainable cities, considering both the role of public authorities and the community in general. The most present point in the reports reinforced the existence of sustainable public policies focused on the environmental bias, with more dispersed actions on the social and economic. However, a prominent aspect is the social aspect, when the fight against domestic and child violence is highlighted, indicating a concrete understanding of sustainability and an emerging need. Still, it was noticed that the public power has become a driver in the adoption of public sustainability policies, especially if there are some kind of incentives in the municipalities. Thus, the importance of sustainability is linked as a form of recognition to individuals who engage in the cause. However, it is emphasized that the public power is the agent that must meet the demands of society, which must have an interest in such practices, whether they are involved with benefits or not. Therefore, the research generally portrays the context of small municipalities and the development of public policies, opening space for such discussions, and even on the understanding of what sustainability means and how comprehensive the approach is.

KEYWORDS: Sustainable public policies; Small municipalities; Sustainable alternatives.

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem transformando-se de forma rápida, o que torna as discussões relativas à sustentabilidade emergentes e necessárias. O modo de urbanização brasileira pouco contribui com o meio ambiente, dado que houve crescimento periférico e degradação ambiental em contraponto à preservação de recursos, o que afeta o meio ambiente das cidades e todos os demais sistemas ecológicos (MARQUES, BISSOLI-DALVI, ALVAREZ, 2018; COMITRE, 2019; CANTÚ-MARTINEZ, 2020; FUSTER MORELL, ESPELT, CANO, 2020; LÓPEZ-GONZÁLEZ, 2020).

Nesse sentido, são necessárias alternativas e ações em prol de se reduzir o consumo de recursos naturais, bem como a produção de lixo (GUO, DENG, 2018; MAHAJAN, GUPTA, 2020; SAHAR, AHMAD, 2020). No Brasil, o montante de lixo coletado em 2017 foi de 71,6 milhões de toneladas, totalizando 91,2% de coleta. Assim, 6,9 milhões de toneladas de resíduos não foram recolhidos, sendo o descarte feito de maneira incorreta, prejudicando o meio ambiente e aumentando a poluição e degradação do planeta (ABRELPE, 2017).

Em detrimento disso, o acelerado processo de destruição do ecossistema e da biodiversidade, acompanhado do aumento da poluição e suas consequências sobre a saúde humana, resultam no declínio geral da qualidade do *habitat* humano (DUQUINO-ROJAS, 2018; YANG, CHEN, 2019). Assim, ações de cunho sustentável devem ser tema de debate e ações, não somente por parte da população, empresas e universidades, mas do setor público, buscando propor práticas na gestão municipal de redução de custos e de poluição, por exemplo (MONTEIRO et al., 2017). Dessa forma, é preciso haver fomento em políticas públicas sustentáveis, as quais estarão beneficiando a população e o meio ambiente como um todo.

Conforme Comitre (2019), as políticas públicas residem em ações que, a partir de sua execução, propiciam a transformação e desenvolvimento das cidades. Alguns estudos vêm abordando a perspectiva das políticas públicas, olhando tanto para legislações em busca de inclusão, como o caso da integração de pessoas com deficiência (KAUR et al., 2015), como estratégias de gestão ambiental (AZEVEDO; PORTELLA; SANCHEZ, 2016), preservação e recuperação de áreas comprometidas (COLTEN, 2018), uso de transporte sustentável (MATEU; SANZ, 2021), alimentação e nutrição que com padrões ambientais (MATIAS, 2021), segurança alimentar e sustentabilidade (NOGUEIRA; MENDES; HOECKESFEL, 2022).

Conforme Azevedo, Portella e Sanchez (2016), o debate entre as mais diversas esferas, tanto público quanto privadas, tem despertado o interesse e a necessidade em abarcar a sustentabilidade, trazendo esta ao contexto das políticas públicas. Neste sentido, Pedrosa et al. (2007) destacam que os municípios precisam demonstrar preocupação com a questão ambiental e sustentável, isto é, fomentar o desenvolvimento local sem impactar o meio natural. Ações gerenciais, operacionais e de monitoramento, colaboram muito para minimizar os problemas ambientais dentro dos municípios (PAGANI et al., 2019; SHRIVASTAVA, SINGH, 2020).

Em concordância, Comitre (2019) pontua sobre o quanto as políticas públicas realmente são voltadas e preocupam-se com a sustentabilidade das cidades, emergindo aqui um ponto a ser explorado. Ainda, conforme Sotto et al. (2019), o Brasil assumiu o compromisso de estimular e efetivar políticas públicas que envolvam os 17 Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável (ODS) da Agenda 2030, considerando que os mesmos envolvem as cidades sob um prisma de crescimento sustentável, parcial e justo. Além disso, em seu estudo, Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018) salientam que a região Sul se destacou frente as demais, com a maior média de iniciativas por município, o que evidencia um cenário promissor.

Frente ao exposto, emerge o seguinte problema de pesquisa: *Quais alternativas de políticas públicas sustentáveis existem ou poderiam ser adotadas nos municípios de pequeno porte nas regiões da Serra e Vale do Caí, no Rio Grande do Sul?* Visto isso, este artigo tem como objetivo verificar alternativas de políticas públicas sustentáveis para municípios de pequeno porte nas regiões da Serra e Vale do Caí, no Rio Grande do Sul.

Para tanto, o estudo está dividido em mais quatro seções, após esta introdução. Na seção dois é desenvolvida a base teórica do estudo, ancorada pela abordagem das políticas públicas. Na seção três apresenta-se o percurso metodológico para o desenvolvimento do estudo. Na seção quatro é desenvolvida a análise e discussão dos resultados. Por fim, na seção cinco são destacadas as considerações finais do estudo, limitações e possibilidades de estudos futuros.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas são um processo dinâmico, no qual há negociação, discussão, mobilização e colisão de interesses, onde viabiliza-se a participação da população (LOPES, 2016; MAGALHÃES, SANTOS, MEIRA, 2019). Conforme Bucci (2006) e Lopes (2016), uma política pública envolve a realização de objetivos, dispõe de prioridades de múltiplos atores, reserva os meios fundamentais para a sua existência e estima o tempo para atingir os resultados, derivando de um conjunto de processos regulados, quais sejam: processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo e processo judicial.

Lopes (2016) argumenta que as políticas públicas podem emergir não somente como referência a setores ou campos bem definidos, pois podem envolver questões intangíveis e/ou gerais, tudo depende do interesse e necessidade do momento. Conforme Azevedo, Portella e Sanchez (2016), as políticas públicas são construções compartilhadas, isto é, coletivas, que possuem enquanto norte as principais demandas da comunidade envolvida, as quais são permeadas por negociações, carecendo de atenção e reflexão, devido seu caráter complexo que interfere diretamente na economia e sociedade como um todo.

Andion (2012) afirma que é função de todo e qualquer gestor público não apenas conduzir as melhores políticas, mas buscar a sua implementação, ou seja, desenvolver uma parceria com a população, visando implementar tais políticas públicas. Assim, desperta-se o interesse em políticas e planos desenvolvidos com a premissa de pautar-se no desenvolvimento sustentável, especialmente perante o uso de transportes alternativos, tais como os públicos, frente ao uso de automóveis (MAGALHÃES; SANTOS; MEIRA, 2019). Conforme Sotto et al. (2019), as políticas públicas voltadas a sustentabilidade nas cidades envolvem a Política Nacional do Meio Ambiente, a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Estatuto da Cidade e da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Logo, o desenvolvimento de políticas irá concretizar-se a partir dos gestores públicos, mas pode vir a se tornar uma causa de toda a comunidade de uma cidade, em prol de um futuro

sustentável. Assim, a próxima subseção discorre sobre o contexto das políticas públicas sustentáveis, direcionando o olhar para as cidades sustentáveis, compreendendo-as enquanto uma possibilidade de resultados de tais propostas e ações públicas.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

Há uma extensa discussão sobre a necessidade de mudanças nas cidades e municípios, sendo que um dos fatores relevantes é o crescimento sustentável. Contudo, quando se discute sobre aspectos sustentáveis das cidades e municípios, vale destacar alternativas que possuam o mínimo impacto sobre o meio ambiente, o que ainda é um complexo desafio (SEABRA, TACO, DOMINGUEZ, 2013; MARQUES, BISSOLI-DALVI, ALVAREZ, 2018). Conforme Mendes, Nogueira e Hoeckesfel (2022), a sustentabilidade deve ser trabalhada em conjunto com as políticas, sendo equilibrada entre o custo-benefício que vai ocasionar, isto é, devem ser realizadas análises perante as propostas e desenvolver as que melhor irão desencadear ações e práticas positivas e com orçamento dentro do esperado.

Em complemento, Mateu e Sanz (2021) defendem que as políticas públicas são meios relevantes para o desenvolvimento de ações pautadas em interesses sociais sustentáveis. Dessa forma, a escolha e a definição de quais políticas públicas devem ser implementadas é algo complexo, que requer análise profunda das reais necessidades da comunidade, bem como a articulação com a sustentabilidade, buscando abarcá-la (MENDES; NOGUEIRA; HOECKESFEL, 2022).

Mateu e Sanz (2021) entendem as políticas públicas sustentáveis enquanto políticas verdes, as quais impulsionam o desenvolvimento de um estilo de vida mais saudável, com práticas sustentáveis por parte dos cidadãos. Freitas (2011) entende que a sustentabilidade possui cinco dimensões interligadas, mencionando-as da seguinte forma: ambiental, econômica, social, jurídico-política e ética. Dessa forma, é preciso tratá-las de modo harmônico, fomentando cada vertente em busca de um cenário promissor, igualitário e sustentável. Seabra, Taco e Dominguez (2013) e Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018), sustentam que a adoção de políticas públicas relacionadas à sustentabilidade, mesmo sendo pontuais, favorecem a prática e aplicabilidade por parte da população. Em meio a isso, destaca-se a necessidade em aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade em prol do crescimento sustentável, diminuindo os impactos sofridos pelo meio ambiente.

Para Martins e Cândido (2015), a cidade será mais sustentável a partir do momento em que houver preservação e cautela no uso de recursos através de políticas públicas urbanas efetivas, impactando positivamente na qualidade de vida. Destaca-se aqui, que não se pretende explorar a abordagem de cidades sustentáveis, mas utilizá-las enquanto um resultado de políticas públicas sustentáveis. Diante disso, conforme Lopes (2016), entende-se que se tratam de espaços em que há interação entre o ambiente natural, o ambiente construído e os humanos, os quais estão em simbiose (de modo que não prejudiquem uns aos outros) e protejam a permanência de cada elemento em seu tempo de vida natural.

Em complementação a isso, Anugraha, Kusumawanto e Krisnan (2018) argumentam que uma cidade sustentável deve ser gerida com base em um espaço que seja propício ao desenvolvimento, de modo que a comunidade possa usufruir do seu ambiente, porém com uso

consciente, sem agredir ou danificar os espaços nos mais diversos quesitos, considerando tanto o espaço natural quanto construído. Ainda, os autores destacam sobre a relevância da mobilidade e energia nestes espaços, em busca de construir cidades diferenciadas (ANUGRAHA; KUSUMAWANTO; KRISNAN, 2018).

Os municípios, frente a este cenário, podem buscar fomento para criação de políticas públicas que envolvam transporte, bem-estar social e educação. Assim, se desenvolverá um anseio por parte da sociedade em comprometer-se com a causa da sustentabilidade, adotando ações colaborativas e sustentáveis (ROGERS; GUMUCHDJIAN, 2008). Em concordância ao exposto, Nardone (2018) argumenta que o poder municipal tem papel fundamental ao incrementar e alavancar processos com cunho social.

Ainda, Anugraha, Kusumawanto e Krisnan (2018) salientam que dedicar espaço para ações relacionadas ao meio ambiente trata-se de um campo frutífero para o progresso de uma cidade, especialmente quando a pauta envolve questões sociais, econômicas, culturais e políticas. Seguindo essa linha de pensamento, Meadowcroft, Farrell e Spangenberg (2005) e Macêdo e Cândido (2011) pontuam que desenvolver uma melhor compreensão acerca das relações sociais com o meio ambiente, bem como aderir a medidas sustentáveis no dia a dia, podem tornar-se comuns à sociedade, o que contribui diretamente no avanço contínuo da sustentabilidade.

Betini (2013) ressalta que existem diversas políticas públicas que poderiam ser implementadas, como a criação de subsídios para promover o olhar para questões sustentáveis, seja com base na diminuição de impostos, na criação de leis que de fato venham a beneficiar o consumo verde, a criação de políticas públicas que incentivem a reciclagem e até mesmo a reutilização de materiais. Cotri (2013) argumenta que a cidade de Curitiba desde a década de 1970 vem incorporando alternativas sustentáveis. Neste sentido, criam programas para o gerenciamento de resíduos sólidos, a valorização do transporte coletivo, a criação de ciclovias e programas institucionais e pedagógicos sobre a sustentabilidade com crianças e adolescentes, o que ocasiona inúmeros benefícios tanto ao meio ambiente quanto a população. Seguindo essa mesma linha, na cidade Uberlândia em Minas Gerais, um bairro da cidade foi planejado pensando na questão dos recursos naturais, mobilidade, interação do espaço público/privado e preservação da biodiversidade, demonstrando a importância do desenvolvimento de ações sustentáveis (COTRI, 2013).

Em meio a isso, Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018) salientam algumas políticas públicas adotadas em cidades do Brasil como, por exemplo, o programa Qualiverde que foi criado na cidade do Rio de Janeiro e tem como objetivo a certificação ambiental voluntária, incentivando os empreendimentos existentes e novos a adotarem práticas sustentáveis em busca da redução do impacto ambiental. Como resultado, os empresários que aderem ao programa têm incentivos como a redução do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Além disso, há o incentivo sustentável na cidade de Vitória, no Espírito Santo, em que o poder público disponibiliza bicicletas para uso compartilhado, estimulando a mobilidade urbana sustentável. Dessa forma, fornecem benefícios para que o morador adote tais medidas sustentáveis em sua residência (MARQUES; BISSOLI-DALVI; ALVAREZ, 2018). Em adicional, conforme Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018), em algumas cidades, como no

Recife, existe a criação de leis onde observa-se a previsão de telhado verde e reservatórios para captação de águas pluviais.

Por fim, vale ressaltar ainda, que há políticas públicas que estão sendo debatidas a longo prazo, como é o caso de Copenhage, que projeta para o ano de 2025 ser a melhor cidade para os ciclistas. O objetivo é que mais de 50% das viagens de trabalho ou escola sejam feitas de bicicleta, contribuindo para neutralizar a emissão de dióxido de carbono causada pelos automóveis, além dos ganhos para a saúde dos adeptos a prática (EGC, 2014).

3 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, a qual busca verificar alternativas de políticas públicas sustentáveis para municípios de pequeno porte nas regiões da Serra e Vale do Caí, no Rio Grande do Sul. Sendo assim, investigou-se as particularidades do fenômeno em questão, em prol de compreendê-lo profundamente, explorando seu contexto. Conforme Yin (2016), a pesquisa qualitativa pretende entender significados intrínsecos de determinado contexto em um estudo. Dessa forma, reflete as opiniões e perspectivas dos indivíduos investigados, em que revela particularidades que subsidiam melhor compreensão (YIN, 2016). Ainda, Zamberlan et al. (2014) argumenta que o estudo exploratório visa propiciar aproximação com determinado espaço ou tema, em prol de obter maior compreensão perante o mesmo. Assim, o pesquisador obtém maior domínio sobre o contexto, tendo subsídios para explicitar claramente certo problema (ZAMBERLAN et al., 2014).

Os municípios investigados são considerados de pequeno porte devido apresentar população inferior a 10 mil habitantes, com base nos pressupostos do IBGE Ressalta-se, em meio a isso, que a escolha pela região ocorreu por conveniência, uma vez que a principal autora do estudo reside na localidade de Linha Nova, que faz divisa tanto com municípios da Serra, bem como do Vale do Caí.

As fontes de evidência do estudo emergiram a partir de entrevistas em profundidade, as quais são entendidas enquanto uma forma de investigar determinado contexto de modo mais aberto e intenso, isto é, há um breve roteiro com questões amplas, em que podem ser incluídas novas perguntas a partir da fala do entrevistado para que se consiga investigar as particularidades evidenciadas ao longo do processo de troca entrevistador-entrevistado (GASKELL, 2002). Ressalta-se que as mesmas foram realizadas com agentes dos municípios que possuíam conhecimento e aproximação com políticas públicas, especialmente relacionadas a sustentabilidade e meio ambiente.

Diante disso, aceitaram participar da pesquisa doze pessoas de quatro municípios, alguns ligados à área pública e outros a área privada. A escolha dos entrevistados, ocorreu, basicamente, em razão da proximidade dos pequenos municípios, todos, em sua maioria, com aproximadamente cinco mil habitantes. Justamente, no intuito de demonstrar o quanto a sustentabilidade se faz necessária em todas as cidades.

Ressalta-se que a maioria dos entrevistados são profissionais do setor privado e o restante trabalha no setor público, os quais foram questionados, de modo amplo, sobre as políticas públicas sustentáveis existentes no município que residem, bem como sobre o que percebem que poderia ser incluído enquanto novas políticas e o seu interesse por parte de

políticas que oferecessem redução de gastos ou incentivos, além de perguntas relativas ao perfil. Destaca-se que as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, e os sujeitos da pesquisa receberam nomes fictícios a fim de garantir a confiabilidade dos dados. No Quadro 1 expõe-se algumas informações acerca das entrevistas.

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado(a)	Profissão
Andréa	Jornalista
Bento	Analista de Renda e <i>Compliance</i>
Carlos	Advogado
Dionatan	Servidor Público
Everton	Administrador
Francisco	Professor
Gabriele	Arquiteta e Urbanista
Hiago	Assessor Administrativo
Juana	Advogada
Kaue	Administrador
Leonardo	Turismólogo
Maria	Tabeliã Substituta

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Diante disso, após a coleta de dados, os mesmos receberam tratamento analítico com base na análise de conteúdo, seguindo os pressupostos de Bardin (2016). Para tanto, a análise baseou-se na pré-análise, exploração do material e no tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Em busca de tornar mais claro como foi realizada a condução da análise, desenvolveu-se três categorias (Quadro 2), as quais serviram de base para a discussão teórico *versus* empírica, que está exposta na próxima seção.

Quadro 2 – Categorias analíticas

Categoria	Base teórica
Políticas públicas sustentáveis existentes	Freitas (2011); Seabra, Taco e Dominguez (2013); Martins e Cândido (2015); Lopes (2016); Anugraha, Kusumawanto e Krisnan (2018); Guo e Deng (2018); Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018); Mahajan e Gupta (2020); Sahar e Ahmad (2020); Mateu e Sanz (2021).
Necessidade de inserção de Políticas públicas sustentáveis	Pedrosa (2007); Betini (2013); Azevedo, Portella e Sanchez (2016); Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018).
Interesse na participação de Políticas públicas sustentáveis que geram benefícios	Monteiro et al. (2017); Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018).

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2021).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis é um desafio permeado pela complexidade de interesses e atores diversos, não somente para o poder público, mas para a população, em virtude da dificuldade de implantação de tais práticas. Seabra, Taco e Dominguez (2013) e Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018) ressaltam que a partir do momento em que as políticas públicas são desenvolvidas em busca de práticas/ações sustentáveis, sua aplicação se torna ainda fácil, norteando os envolvidos no processo sobre sua importância e implantação.

Dessa forma, a partir dos relatos dos entrevistados neste estudo, identificou-se que cinco dos doze profissionais, apontaram que não existe nenhuma política pública relacionada a sustentabilidade em seus municípios. Isso revela um contexto instável no sentido de incerteza, ao passo que não se pode confirmar que realmente tais políticas não existem, ou somente são desconhecidas perante os entrevistados. Frente a isso, pode-se entender enquanto ausência de interesse por parte dos entrevistados a buscarem informações sobre as ações realizadas pelo poder público que sejam sustentáveis.

Neste mesmo sentido, outra parte dos entrevistados apontaram existir políticas públicas sustentáveis, e argumentaram que estas referem-se a, por exemplo, coleta de lixo reciclável, fomentando o descarte correto dos resíduos. Percebe-se aqui uma ação positiva, dado que ainda sendo extensivamente debatida a um longo tempo, a reciclagem possui relevância para o futuro da sociedade, bem como exposto por Guo e Deng (2018), Mahajan e Gupta (2020), Sahar e Ahmad (2020).

Conforme Andréa, em seu município existem ações “nas escolas de conscientização dos alunos. Além disso, há a troca de equipamentos eletrônicos por mudas, além de ter um espaço voltado ao Meio Ambiente. Nas escolas do campo, o assunto também é tratado com os alunos, que também apresentam os trabalhos fora da escola”. Ainda, Leonardo relatou ações também relevantes para o crescimento do município com olhar sustentável:

Podemos destacar algumas ações que ocorrem nas escolas, tendo como exemplos a coleta de resíduos, metal, plástico, papel, pilhas, cartelas de medicamentos e outros materiais, cultivo do solo com a utilização da composteiras e reutilização do “lixo” na elaboração de brinquedos pedagógicos e materiais para uso no cotidiano. Além das ações citadas, existe por parte da prefeitura a coleta de eletrônicos e na iniciativa popular a implantação de hortas comunitárias, as mesmas que produzem e reaproveitam os resíduos alimentares na compostagem, completando o ciclo sustentável (trecho extraído das entrevistas).

Percebe-se aqui um cenário promissor por parte das políticas públicas sustentáveis, as quais abarcam tanto a questão ambiental, como o descarte de equipamentos eletrônicos, quanto a social, com as ações nas escolas, que fomentam um ensino diferenciado aos alunos perante tais questões, buscando formar indivíduos mais conscientes. A importância desse contexto pode ser reforçada com o argumento de Anugraha, Kusumawanto e Krisnan (2018), dado que pontuam o impacto positivo de políticas voltadas ao meio ambiente, o que pode ser pontuado aqui, uma vez que se percebe mais de um reflexo social e ambiental.

Ressalta-se que os entrevistados pontuaram ainda, a existência de políticas voltadas ao plantio de árvores, concessão de microcrédito a pequenos empresários, farmácia com a proposta de logística reversa ou aproveitamento de medicamentos com prazo de validade, cesta básica à recicladores, compostagem, saneamento básico, revitalização de parques e praças, reciclagem, e educação sustentável. Sobre esta última política, os entrevistados destacaram a possibilidade de alunos e professores tornarem-se agentes de transformação, a partir da criação de projetos sustentáveis de saneamento básico, revitalização de parques e reciclagem, que envolvam a comunidade e despertem a atenção do poder público. Evidencia-se aqui, que tal proposta pode fazer a articulação mencionada por Lopes (2016) e Martins e Cândido (2015), propiciando um desenvolvimento e crescimento do município que seja sustentável em todos os âmbitos, isto é, sem prejudicar o meio ambiente ou promover desigualdades.

Além disso, percebe-se que as políticas ressaltadas abarcam tanto o viés ambiental, como o social e econômico, e que assim como Freitas (2011) argumenta, uma vez que haja a possibilidade de aprofundar cada uma das propostas relatadas, se torna mais concreta a ideia de construir um espaço melhor para se viver e preservar o ambiente para as futuras gerações. Salienta-se que dentre todas as ações sustentáveis promovidas pelas políticas públicas, a que mais se destacou na fala dos entrevistados foi a reciclagem, dado que em dois casos em que os entrevistados relataram não possuir políticas em seu município, apontaram que anteriormente existia reciclagem. Evidencia-se, neste sentido, que as políticas são reflexos do que a sociedade entende enquanto pertinente a ser desenvolvido, ressaltando sua necessidade sustentável social (MATEU; SANZ, 2021), demonstrando aqui uma preocupação latente com o descarte dos resíduos.

Diante desse contexto, os entrevistados relataram sua percepção acerca de quais políticas públicas seriam pertinentes em seus municípios. Na percepção de Carlos: “acredito que há muito espaço para aumento. Destacaria três como prioridades: (i) estimular a inovação tecnológica, economia verde; (ii) estímulos para utilização de energias renováveis pelo município, especialmente órgãos públicos e transporte público; e (iii) revitalizações de recursos hídricos”. Assim, foi relatada a questão do reaproveitamento da água da chuva, maiores incentivos fiscais a indivíduos que adotem tais práticas, o uso de recursos consciente, o reaproveitamento de resíduos orgânicos para compostagem, a adoção de energias renováveis, combate a violência infantil e a mulher, saúde, habitação, transporte e segurança. De acordo com Hiago, seria importante fomentar o:

Incentivo a instalação de painéis solares para produção de energia solar, com o excedente podendo ser utilizado na iluminação pública, com diminuição de custos na contas; Incentivo ao reaproveitamento de águas pluviais, através do uso de cisternas; Incentivo ao uso de bicicletas, com instalação de locais adequados de guarda de equipamentos e implementação de ciclovias em determinados pontos; Incentivo ao uso de materiais de construção civil que gerem menos resíduos; Programa de conscientização e auxílio a construções, visando causar o menor impacto ambiental possível; Incentivo à produção agrícola orgânica, junto as propriedades já existentes; Campanha de substituição de sacolas plásticas por sacolas retornáveis no comércio local (trecho extraído das entrevistas).

Identifica-se aqui, que a visão de Hiago é abrangente, mas atrela diversas possibilidades a serem implantadas, mesmo este não sendo um profissional da área, pois trata-se de um assessor administrativo. Dessa forma, percebe-se que existem políticas públicas que podem ser aplicadas no município, as quais poderiam ser expostas ao poder público, em busca da concretização das mesmas.

Ainda neste *locus*, conforme Juana “acredito que o município deva incentivar os agricultores e as indústrias a cuidarem de seus dejetos, não apenas fiscalizando e multando, mas criando mecanismos de recompensa aos que se dedicam a produzirem com responsabilidade ambiental”. Diante disso, percebe-se uma necessidade de reconhecimento por parte dos profissionais, a fim de que tenha um retorno frente suas ações diferenciadas. Seguindo essa linha de pensamento, reforça-se tal contexto com o argumento de Pedrosa et al (2007), os quais alegam a relevância de que os municípios demonstrem preocupação com a questão ambiental e sustentável das cidades, reafirmando que o desenvolvimento dos municípios pode ocorrer sem acarretar impactos agressivos ao meio natural.

Frente a isso, dez entrevistados relataram que caso houvessem políticas públicas que reduzissem gastos ou incentivassem a adoção de práticas sustentáveis, iriam aderir as mesmas com maior facilidade. Para Everton, há interesse na adoção com base nos incentivos e em “apoio técnico, pois entendo ser de responsabilidade de cada cidadão dar a sua contribuição para a sustentabilidade, freando a crise ambiental e seus efeitos, para garantir a integridade do planeta, da natureza e da sociedade no decorrer das gerações”. Em complemento, Kaue destacou:

Com certeza. Pois considero que é uma forma de cada um fazer a sua parte, pois, por conta própria, dificilmente alguém faria. acredito que seja mais uma questão cultural, por isso a importância de ajuda do poder público, justamente para incentivar a importância da sustentabilidade (trecho extraído das entrevistas).

Evidencia-se que assim como Azevedo, Portella e Sanchez (2016), destacam, as políticas públicas são uma construção conjunta, desenvolvida a partir de negociação, tal qual exposto nos relatos anteriores. Argumenta-se isso, uma vez que é visível a necessidade deste olhar mais concretizado perante a sustentabilidade por parte dos entrevistados, o que revela um cenário promissor, de cidadãos defendendo seu ponto de vista.

Ainda sobre isso, de acordo com Gabriele “utilizamos água da chuva na nossa casa e, com uma política pública do município, certamente seria mais fácil convencer outras pessoas e os meus clientes a investirem também, podendo o sistema de captação e distribuição ser pensado já na concepção dos projetos”. Em concordância a isso, Leonardo pontuou que já existem indivíduos que adotaram tais práticas sustentáveis, mas que provavelmente seriam mais atrativas caso houvesse tais incentivos por parte do poder público. Tal achado ampara-se no exposto por Betini (2013), o qual pontua em sua pesquisa que a partir do momento em que as políticas públicas passem a ser implementadas e tragam benefícios a população, seja através de leis, diminuição de impostos, incentivo a reciclagem, a população passará a adotar tais medidas mais rapidamente.

Sendo assim, buscou-se investigar os entrevistados a pensar sobre possíveis alternativas de políticas públicas sustentáveis que poderiam ser desenvolvidas em seus municípios, os quais relataram as seguintes: criação de cisternas para aproveitar/reaproveitar a água da chuva, desenvolvimento de IPTU verde (descontos tributários), estímulo à utilização de energias renováveis, projetos de compostagem e o desenvolvimento nas propriedades de projetos de biodigestor.

Em meio a isso, percebe-se congruência com o exposto por Marques, Bissoli-Dalvi e Alvarez (2018) sobre o exemplo da cidade do Rio de Janeiro e Recife com a implantação de isenção ou diminuição dos gastos de novas construções que possuam enquanto cerne uma alternativa sustentável, bem como as construções com viés sustentável. Logo, percebe-se que existem algumas políticas públicas sustentáveis nos municípios investigados, contudo, há muito trabalho a se desenvolver em busca de cidades mais sustentáveis, considerando tanto o papel do poder público quanto da comunidade em geral, bem como ressaltado por Monteiro et al. (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo verificar alternativas de políticas públicas sustentáveis para municípios de pequeno porte nas regiões da Serra e Vale do Caí, no Rio Grande do Sul. Evidenciou-se que as possibilidades de políticas públicas sustentáveis mais ressaltadas residem em ações voltadas a sustentabilidade sob o viés ambiental, como a criação de cisternas para aproveitar/reaproveitar a água da chuva, estímulo à utilização de energias renováveis, projetos de compostagem e o desenvolvimento nas propriedades de projetos de biodigestor. Contudo, a sustentabilidade abrange mais do que o viés sustentável (Freitas, 2011), o que ressalta uma possibilidade de aprofundamento na existência de políticas voltadas a questão social e econômica, as quais foram também destacadas, porém com menor predominância.

Um fato a ser considerado aqui é o entendimento de política pública sustentável perante os entrevistados, pois podem ter remetido seu entendimento diretamente ao meio ambiente devido a falta de compreensão do que vem a ser sustentabilidade. Diante disso, reflete-se que talvez a dificuldade de implantação de tais ações sustentáveis se explica em virtude da compreensão limitada sobre o assunto, em que há direcionamento sobre alguns aspectos em detrimento de outros. Sendo assim, verificou-se que existem políticas públicas sustentáveis nos municípios, com exceção dos cinco entrevistados que relataram não existir em seus municípios. Entretanto, aqui remete-se novamente ao pressuposto de como tais profissionais entendem o que a sustentabilidade abarca e se realmente tem conhecimento e buscam estar atentos a tais acontecimentos em seus municípios.

Sobre as políticas públicas sustentáveis ressaltadas, observa-se que o poder público se tornou um impulsionador da adoção de políticas públicas de sustentabilidade, especialmente se houver algum tipo de incentivos nos municípios. Assim, atrela-se a importância da sustentabilidade com alguma forma de reconhecimento aos indivíduos que se engajam na causa. Todavia, destaca-se aqui que o poder público é o agente que deve atender as demandas da sociedade, a qual deve possuir interesse em tais práticas, sejam elas envolvidas com benefícios ou não.

Ademais, é importante refletir sobre a necessidade de políticas públicas sustentáveis direcionadas à defesa da mulher e crianças, a qual foi discorrida por um dos entrevistados. Tal achado confirma uma visão mais concreta perante sustentabilidade, ao passo que retrata a relevância deste tipo de política com viés social. Outro ponto a ser destacado aqui, é a política do meio ambiente, voltada ao descarte correto dos resíduos, a qual demonstra ser uma causa defendida pelos entrevistados, mas também reflete um cenário preocupante, pois esta simples prática ainda precisa se tornar pauta em políticas públicas para ser reproduzida, algo que deveria ser o comum em todos os lugares. Além disso, o próprio interesse latente em contribuir com a sustentabilidade, conforme exposto por alguns entrevistados, elucidando um cenário promissor, de indivíduos que se interessam pelas políticas públicas e desejam resultados também sustentáveis.

Enquanto limitações do estudo, pontua-se o número reduzido de entrevistas e entrevistados, bem como a redução das fontes de dados, não sendo utilizadas outras técnicas. Logo, existe aqui a possibilidade de se delimitar casos específicos a serem investigados com uma base de dados mais robusta, além da realização de entrevistas ou grupos focais com representantes do poder público. Como contribuição social, a pesquisa retrata de modo geral o contexto de municípios de pequeno porte e o desenvolvimento de políticas públicas, reforçando a importância de tais discussões, especialmente sobre a própria conceituação do que significa a sustentabilidade e o quanto é abrangente.

Ademais, o artigo trata da ideia de políticas públicas sustentáveis, o que pode ser melhor explorado teoricamente com base na Agenda 2030, oportunizando a criação de um *framework* teórico. Por fim, o achado prático do estudo reside na possibilidade de que os municípios investigados explorem as novas possibilidades ressaltadas na pesquisa, identifiquem suas fragilidades, bem como seja suporte para outros municípios que se interessem por tais causas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos

Especiais. **Panorama de Resíduo Sólidos**. 2017. Disponível em: http://www.abrelpe.org.br/panorama_apresentacao.cfm. Acesso em: 20.01.2022.

ANDION, C. Ação administrativa, racionalidade e gerência na nova esfera pública. Philippi Jr., A., Sampaio, C. A. C., & Fernandes, V. **Gestão da natureza pública e sustentabilidade**. 1 ed. Barueri: Manole, 2012.

ANUGRAHA, M.; KUSUMAWANTO, A.; KRISNANY, M. Sustainable Development For The Center Of Small Cities. **Journal of Architectural Research and Design Studies**, v. 1, n. 2, p. 11-16, 2018.

AZEVEDO, T. C.; PORTELLA, A. A.; SANCHEZ, I M. C. Municipal environmental management: a proposal of instruments for diagnosis of public environmental policies in the metropolitan area of Salvador (MAS). **Holos**, v. 2, p. 84-100, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 2 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BETINI, R. C. Development with Green job, renewable energy and sustainability and Power quality. In: **International Conference on renewable energies and power quality**, Bilbao, Spain. 2013.

BUCCI, M. P. D. **Políticas Públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CANTÚ-MARTINEZ, P. C. Ambiente urbano: ¿sustentable?. **Ciencia UANL**, n. 103, 71-79, 2020.

COLTEN, C. E. Cartographic depictions of Louisiana land loss: a tool for sustainable policies. **Sustainability**, v. 10, n. 3, p. 763, 2018.

COMITRE, F. Sustentabilidade urbana e políticas públicas: as potencialidades das hortas urbanas em Curitiba e Pinhais (PR). **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 4, n. 1, 2019.

COTRI, G. Bairros Planejados Priorizam Integração. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo – SP, 2013.

DUQUINO-ROJAS, L. G. Sustentabilidad ambiental urbana, alternativas para una política pública ambiental. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 28, n. 1, p. 141-149, 2018.

EGC. European Green Capital. **Copenhagen - European Green Capital 2014**: a Review. Sharing Copenhagen, 2014. Disponível em:
<https://ec.europa.eu/environment/europeangreencapital/wpcontent/uploads/2013/02/Copenhagen-en-Post-Assessment-Report-2014-EN.pdf>. Acesso em: 20.01.2022.

FREITAS, J. Sustentabilidade: Direito ao Futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2012. **Destaque no original**, v. 11, 50, 2014.

FUSTER MORELL, M.; ESPELT, R.; CANO, M. R. Sustainable platform economy: Connections with the sustainable development goals. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 7640, 2020.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. 2002. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GUO, J.; DENG, Z. On the Management of Domestic Garbage and Its Significance for Sustainable Development. In: **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**. IOP Publishing, 2018.

KAUR, G. et al. Perception of people with disability in creating sustainable public policy. **Procedia-Social and behavioral sciences**, v. 168, p. 145-155, 2015.

LOPES, A. **Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial**. Rio de Janeiro: IBAM, MCTI, 2016.

LÓPEZ-GONZÁLEZ, B. G.; CAMACHO, A. D.; MARTÍNEZ-RODRÍGUEZ, M. C.; MARCELIN-ARANDA, M. Techos verdes: una estrategia sustentable. **Revista Tecnología en Marcha**, v. 33, n. 3, p. 68-79, 2020.

MACÊDO, N. M. M. N.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande-PB. **Gestão & Produção**, v. 18, p. 619-632, 2011.

MAGALHÃES, I.; SANTOS, E. M.; MEIRA, L. H. Elementos estratégicos de políticas públicas sustentáveis capazes de transformar a mobilidade das cidades brasileiras. **Transportes**, v. 27, n. 3, p. 84-98, 2019.

MAHAJAN, S.; GUPTA, S. K. Development and analysis of a sustainable garbage disposal model for environmental management under uncertainty. **Science of The Total Environment**, v. 709, p. 135037, 2020.

MARQUES, S. B.; BISSOLI-DALVI, M.; ALVAREZ, C. E. Políticas públicas em prol da sustentabilidade na construção civil em municípios brasileiros. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 10, p. 186-196, 2018.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Modelo de avaliação do nível de sustentabilidade urbana: proposta para as cidades brasileiras. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 3, p. 397-410, 2015.

MATEU, G.; SANZ, A. Public policies to promote sustainable transports: Lessons from Valencia. **Sustainability**, v. 13, n. 3, p. 1141, 2021.

MATIAS, A. Shaping Portuguese choices towards more diverse, sustainable and local seafood consumption habits. **Public Policy Portuguese Journal**, v. 6, n. 2, p. 77-94, 2021.

MEADOWCROFT, J.; FARRELL, K. N.; SPANGENBERG, J. Developing a framework for sustainability governance in the European Union. **International Journal of Sustainable Development**, v. 8, n. 1-2, p. 3-11, 2005.

MONTEIRO, C.; KARPINSKI, J. A.; KUHL, M. R.; MOROZINI, J. F. A gestão municipal de resíduos sólidos e as ações de sustentabilidade: um estudo realizado em um município do centro oeste do Paraná. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 139-154, 2016.

NARDONE, J. P. Sustentabilidade e a gestão pública municipal. **Cadernos**, v. 1, n. 3, p. 33-38, 2019.

NOGUEIRA, S. M.; LENZI, F. C.; HOECKESFEL, L. Development of food security through sustainable actions: an analysis of public policies in the State of Santa Catarina from 2015 to 2019. **Sostenibilidad: económica, social y ambiental**, 4, 59-74, 2022.

PAGANI, R. N.; SOARES, A. M.; DA LUZ, A. A.; ZAMMAR, G.; KOVALESKI, J. L. On Smart Cities and Sustainable Development Goals. **Debates sobre innovación**, v. 3, n. 1, p. 1-21, 2019.

PEDROSA, I. V.; KAKUTA, A.; LEÃO, C.; DA SILVA, E. M. **Os municípios e o meio ambiente em Pernambuco. Relatório de pesquisa–2006-2007**. Recife: Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP), Núcleo de Pesquisas em Economia do Setor Público, 2007.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um Pequeno Planeta**. Barcelona: GG, 2008.

SEABRA, L. O.; TACO, P. W. G.; DOMINGUEZ, E. M. Sustentabilidade em transportes: do conceito às políticas públicas de mobilidade urbana. **Revista dos Transportes Públicos-ANTP**, v. 35, n. 134, p. 103-124, 2013.

SAHAR, I. A. Waste Management Analysis From Economic-Environment Sustainability Perspective. **People**, v. 109, p. 87-2, 2019.

SHRIVASTAVA, V.; SINGH, J. Compact Cities as Sustainable Development Model. **International Journal on Emerging Technologies**, v. 11, n.3, p. 1111-1116, 2020.

SOTTO, D.; RIBEIRO, D. G.; ABIKO, A. K.; SAMPAIO, C. A. C.; NAVAS, C. A.; MARINS, K. R. D. C.; BUCKERIDGE, M. S. Sustentabilidade urbana: dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avançados**, v. 33, 61-80, 2019.

YANG, H.; CHEN, X. Study on the Economic Applicability of Urban Environmentally Sustainable Development Policy. **In: 1st International Conference on Business, Economics, Management Science**, 395-400, 2019.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMBERLAN, L. et al. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.